

3. CPRAQ /01/24/DCP - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental em BTE e MT – Ratificação.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação no ponto 3º da informação de abertura do procedimento, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara, em 19 de julho de 2024 nos termos do disposto no nº 3, do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/42	235/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Ratificação da autorização da despesas e aprovação das peças do procedimento **CPRAQ /01/24/DCP - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental em BTE e MT**

Submete-se a ratificação do Executivo Municipal a proposta constantes no ponto 3º da informação de abertura do procedimento, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara, em 19 de julho de 2024 nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro.

No entanto e considerando que é necessário agilizar o procedimento, uma vez que os lotes agora a concurso não foram adjudicados no procedimento desencadeado ao abrigo de concurso público internacional, em julho, torna-se necessário que nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro a aprovação da despesa e de todos as restantes propostas constantes do ponto 3 da presente informação seja aprovada pelo Presidente da Câmara Municipal, sujeita a posterior ratificação na próxima reunião do executivo.

A urgência prende-se com lançar um procedimento para assegurar o fornecimento de energia elétrica em BTE e MT aos Edifícios do Universo Municipal, Escolar e da área da

Saúde. Quanto mais tarde se lanar o procedimento, mais dispendioso fica, considerando que estamos a chegar à época do ano mais fria, onde o preço da energia dispara.

Anexos:

1. Informação de Abertura de Procedimento;
2. Convite
3. Caderno de Encargos
4. Cabimentos orçamentais n.º 91455 referente aos Edifícios Municipais; 91456 referente aos Agrupamentos Escolares e 91457 referentes aos edifícios do ACES

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão. Notifique-se o(a) requerente no sentido desta decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para autorização da despesa e aprovação das peças do procedimento (programa concurso e caderno de encargos pertence ao Órgão Executivo.

A assunção de encargos plurianuais está autorizada pela Assembleia Municipal (sessão 15 de dezembro de 2023), tendo sido a respetiva GOP aprovada na mesma sessão

A chefe da DCP,

Despacho

Com fundamento na presente informação aprovo as propostas constantes do ponto 3.º da presente informação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro:

Deve, nos termos da norma anteriormente referenciada, ser a presente decisão submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião.

O Presidente da Câmara,


(Ricardo Rio)
27/10/20**1. Informação****Data**

10/10/2024

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento		Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
CPRAQ/01/24/DCP		3 149 642,83 €	31/01/2027
Objeto	Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.		
	Lote 1 BTE	1 500 409,22 €	
	Lote 2 MT	1 649 233,61 €	
		3 149 642,83 €	
CPV	71314100-3 Serviços de electricidade		

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Seg.s	TOTAL
-€	1 443 586,30 €	1 574 821,42 €	131 235,12 €	-	3 149 642,83 €

3. Propostas de aprovação

3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP.

3.2 Da fixação do preço base, nos termos do artigo 47º do CCP.

3.10.5 A prorrogação do prazo de apresentação, ou a supressão de irregularidades, dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP e nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 115º do CCP.

4. Escolha do procedimento (259.º, n.º1)

Da escolha do procedimento nos termos da modalidade de Acordo-quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - AQ-ELE 2024 da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), onde a Câmara Municipal de Braga se incluiu como uma Entidade compradora voluntária, enquadrada no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, na sua redação atual, em virtude da adesão efetuada ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) para a categoria de aquisições objeto do presente Acordo-Quadro, conforme contrato de adesão assinado a 11 de julho de 2017.

5. Decisão de contratar

De acordo com o referenciado pelo serviço requisitante, esta aquisição justifica-se com a necessidade de se dar continuidade ao fornecimento de energia elétrica ao Concelho Braga para edifícios e instalações municipais, agrupamentos escolares e unidades de saúde, no âmbito da descentralização.

6. Aquisição de serviços – LOE 2024

6.1 Nos termos do n.º 6 do art.º 42 da LOE 2024 - Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro, nos contratos de aquisição de serviços as autarquias locais estão excluídas do disposto nos n.º 1 a 3.

7. Cabimento Prévio: N.º Sequencial 91455 referente aos Edifícios Municipais; 91456 referente aos Agrupamentos Escolares e 91457 referentes aos edifícios do ACES.

8. Escolha do procedimento (20.º)

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Valor	Para a formação de contratos a celebrar ao abrigo de acordos quadro celebrados na modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP na sua atual redação, deve adotar-se a consulta prévia, pelo que deve a entidade adjudicante dirigir aos cocontratantes do acordo quadro que reúnam as condições necessárias para a execução das prestações objeto desses contratos um convite à apresentação de propostas, circunscritas aos termos do acordo quadro a concretizar, a desenvolver ou a complementar em virtude das particularidades da necessidade cuja satisfação se visa com a celebração do contrato – cfr. art.º 259.º do CCP na sua atual redação.	Pretende-se o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - AQ-ELE 2020 para o fornecimento para o Município de Braga, tendo sido selecionadas as entidades do Acordo-Quadro. O valor estimado da despesa a efetuar não será superior a 3 149 642,83 €, IVA excluído

- Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para os anos de 2024 e seguintes, 15 de dezembro de 2023 (Órgão Deliberativo).

13. Júri do Procedimento

Função	Nome	Divisão
Presidente		DEIPE
Membros efetivos		DEIPE
		DCP
		DEIPE
Membros suplentes		DCP
		DCP
		DCP
		DCP

14. Gestor do Procedimento

Nome	Serviço/Divisão
	DCP

15. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

No entanto e considerando que é necessário agilizar o procedimento, uma vez que os lotes agora a concurso não foram adjudicados no procedimento desencadeado ao abrigo de concurso público internacional, em julho, torna-se necessário que nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro a aprovação da despesa e de todos as restantes propostas constantes do ponto 3 da presente informação seja aprovada pelo Presidente da Câmara Municipal, sujeita a posterior ratificação na próxima reunião do executivo.

A urgência prende-se com lançar um procedimento para assegurar o fornecimento de energia elétrica em BTE e MT aos Edifícios do Universo Municipal, Escolar e da área da Saúde. Quanto mais tarde se lanar o procedimento, mais dispendioso fica, considerando que estamos a chegar à época do ano mais fria, onde o preço da energia dispara.

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA(S)

AQ-CONSULTA PRÉVIA

Índice

1. Identificação do Procedimento.....	2
2. Objeto do Procedimento	2
3. Entidade Adjudicante	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	2
5. Fundamentação da escolha do Acordo-Quadro.....	2
6. Órgão competente para prestar esclarecimentos.....	2
7. Preço base.....	3
8. Fundamentação do preço base	3
9. Documentos que constituem a proposta	3
10. Acesso às peças do procedimento	3
11. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem.....	4
12. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s).....	4
13. Prazo para apresentação da(s) proposta(s).....	4
14. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas.....	5
15. Propostas variantes	5
16. Prazo de manutenção das propostas	5
17. Critério de adjudicação	5
18. Adjudicação por lotes.....	6
19. Critério de desempate.....	6
20. Regras de arredondamento	6
21. Negociações	6
22. Caução.....	6
23. Documentos de habilitação.....	7
24. Regime de Beneficiário Efetivo.....	7
25. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação.....	8
26. Minuta do Contrato	8
27. Legislação aplicável.....	8
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	10
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	12
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA	13
ANEXO III.2 – PREÇOS UNITÁRIOS POR TIPO DE TARIFÁRIO E POR LOTE.....	14
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	15
ANEXO VI - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO.....	16

1. Identificação do Procedimento

Procedimento n.º CPR/AQ/01/24/DCP que visa o fornecimento de energia elétrica.

2. Objeto do Procedimento

O fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.

O procedimento compreende os seguintes lotes:

- a) Lote 1 - Baixa Tensão Especial (BTE);
- c) Lote 2 - Média Tensão (MT);

abrigo do **Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental- AQ-ELE 2024**

3. Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Braga, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos do artigo 36.º do CCP a decisão de contratar foi tomada pela:

Câmara Municipal, nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, com competência para autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

5. Fundamentação da escolha do Acordo-Quadro

O presente convite é efetuado ao abrigo do lote 1 do "Acordo Quadro ESPAP AQ-ELE-2024", nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo-lhe aplicável, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do referido Acordo Quadro.

6. Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. O concurso é conduzido por um júri composto por três membros efetivos e quatro suplentes.
2. Cabe ao Júri e à Divisão de Contratação Pública prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
3. Para efeitos de análise e avaliação das propostas, face às especificações técnicas, o Júri poderá, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 72.º do CCP, solicitar aos concorrentes esclarecimentos e documentação comprovativa que não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

4. No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri poderá ser dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão de Contratação Pública.

7. Preço base

1. O preço base do procedimento é de **3.149.642,83€**, sem IVA incluído, e é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato e que limita o preço contratual, repartido pelos seguintes lotes:

Lote 1 BTE	1 500 409,22 €
Lote 2 MT	1 649 233,61 €
	3 149 642,83 €

2. No presente fornecimento contínuo de eletricidade, pretende-se fixar os preços unitários do(s) artigo(s) a concurso.
3. O Preço Base: resulta do produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas, acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras.

8. Fundamentação do preço base

O preço base foi definido com base nos custos médios unitários, resultantes de cálculos efetuados pelo serviço requisitante.

9. Documentos que constituem a proposta

- a) Declaração elaborada conforme o modelo constante do **Anexo I** do presente Convite;
- b) Proposta com indicação do **preço unitário para cada lote a que concorra**, de acordo com as previsões de consumo conforme **Anexo III** ao presente Convite;
- c) **Anexo III.1** em excell de acordo com as previsões de consumo;
- d) Declaração conforme modelo constante do **Anexo III.2** do presente Convite, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, referindo expressamente que não inclui o IVA.

10. Acesso às peças do procedimento

- 1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Vortal com o endereço <https://www.vortal.biz/pt>
- 2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento.
- 3. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante ou o gestor do procedimento/júri e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas na fase de

formação do contrato, devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica atrás referida, nos termos dos artigos 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

11. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão apresentados através da **plataforma eletrónica** em uso nesta entidade sita em: <https://www.vortal.biz/pt>.
2. Os concorrentes deverão **assinar eletronicamente todos os documentos carregados** na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, sendo necessário selos temporais para a submissão de propostas.
3. Nos casos em que o Certificado Digital **não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura**, deve a entidade interessada **submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante:**
 - Certidão do registo comercial** ou no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial **da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos**, e/ou
 - Procuração** que confira a este último, poderes para o efeito, feita pelo interessado a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto.
5. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
6. Todos os preços, parciais ou totais, não deverão ter mais de quatro casas decimais¹.

12. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s)

Todos os documentos devem ser apresentados em Português ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

13. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão entregues até às **18 horas do 9º dia após a data de envio do presente convite**.

¹ Este número deve retirar-se sempre que não for aplicável ou adaptar-se ao pretendido.

2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.

14. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

15. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s).

16. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de **90 (noventa)** dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o mencionado no artigo 65.º do CCP.

17. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita, para cada um dos lotes, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade:
 - a) Monofator – preço, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, neste caso o preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar.
 - a) Para efeitos do número anterior, será considerada mais vantajosa, a proposta que apresente o menor **preço total, resultante da multiplicação do preço unitário pelas quantidades estimadas** na parcela da energia não regulada.
 - b) São excluídas, por lote, as propostas que não apresentem preço para a totalidade dos tarifários (€/kWh) nele contidos.

18. Adjudicação por lotes

Os concorrentes podem apresentar **propostas para um, para vários ou para todos os lotes**, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um lote ao mesmo concorrente.

19. Critério de desempate

1. Se por via da aplicação dos critérios definidos nos números anteriores se verificar a igualdade de pontuação entre duas ou mais propostas, será aplicado sucessivamente, até se verificar o respetivo desempate, os seguintes critérios:

a) Lote 1: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente BTE;

c) Lote 2: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na MT;

2. Se após a aplicação do critério de desempate estabelecido na alínea anterior persistir o empate entre as propostas melhor classificadas, a adjudicação será atribuída àquela que for selecionada na sequência de sorteio a promover pelo júri na plataforma de contratação pública.

20. Regras de arredondamento

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à quarta casa decimal.

21. Negociações

A(s) proposta(s) apresentada(s) não será(ão) objeto de negociação.

22. Caução

1. Quando o preço total do lote adjudicados a um mesmo concorrente atinja ou supere 500.000,00€, o adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.

2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 3% do preço total do contrato ou 10%, se o preço total do contrato for considerado anormalmente baixo, deve ser prestada:

a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município de Braga nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente Convite, que dele faz parte integrante;

b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo VI** ao presente Convite, que dele faz parte integrante.

2. Pode não ser exigida a prestação de caução, quando o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

23. Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:
 - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
 - b) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
 - c) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
 - d) Certificado de **registo criminal**, ou documento equivalente, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções e **da própria pessoa coletiva**, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública".
 - e) Cópia da **certidão do registo comercial** ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.
 - f) Documentos de habilitação previstos nos números 3 e 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de Dezembro, quando for o caso.
2. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
3. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoal singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.

24. Regime de Beneficiário Efetivo

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá ainda apresentar o **documento comprovativo de registo no RCBE²**, ou respetivo código de acesso.

² Estão excluídas da apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º do Anexo, da Lei 89/2017, de 21 de agosto

2. Tendo em consideração o disposto no artigo 37.º, nº 1, alínea b), da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.

25. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **no prazo máximo de 5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.
2. Para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o adjudicatário **dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar. *(n.º 2 do art.º 85º do CCP).*
4. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado do facto ocorrido, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias** se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. *(n.º 2 do art.º 86º do CCP).*
5. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por um facto que não seja imputável ao adjudicatário, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**. *(n.º 3 do art.º 86º do CCP).*

26. Minuta do Contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.

27. Legislação aplicável

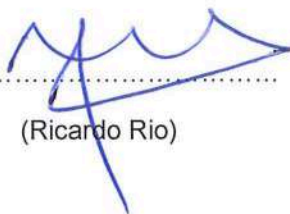
Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017 e alterações subsequentes, nomeadamente pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), e restante legislação aplicável.

Despacho:

Aprovo o presente convite.

Braga, 24/10/10

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a), n.º 1 do art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽³⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁴⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽⁵⁾:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui

⁽³⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽⁵⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)⁽⁶⁾.

⁽⁶⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (7) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (8) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (11)]

(7) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(8) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

1. nome, número de documento de identificação¹² e morada), na qualidade de representante legal de ¹³ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada¹⁴ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, **a vigorar até 31/01/2027**, conforme previsto no caderno de encargos.
2. Declara também que se obriga a executar a prestação de serviços, pelo preço contratual de € (..... euros) referente a, **Energia Ativa**, **ao qual acresce todos os outros elementos que compõem a fatura e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras**, nos termos do disposto do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui imposto sobre o valor acrescentado (IVA), **relativo ao Lote**

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

⁽¹²⁾ Indicar o n.º do BI ou do CC

⁽¹³⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽¹⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

ANEXO III.2 – PREÇOS UNITÁRIOS POR TIPO DE TARIFÁRIO E POR LOTE

LOTE 1 - Baixa Tensão Especial - BTE

Tarifário do Comercializador	
Horas de ponta	
Horas cheias	
Horas de vazio normal	
Horas de super vazio	

LOTE 3 - Média Tensão - MT

Tarifário do Comercializador	
Horas de ponta	
Horas cheias	
Horas de vazio normal	
Horas de super vazio	

Os preços unitários deverão igualmente ser preenchidos no Anexo III.1 em excell de acordo com as previsões de consumo.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Para os devidos efeitos, _____ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*).

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO VI - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 3% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação ou qualquer reserva, toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia entra em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Braga, através do seu Presidente, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

CADERNO DE ENCARGOS

FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	2
1. Objeto.....	2
2. Definições.....	2
3. Prazo do contrato.....	3
4. Forma e documentos contratuais.....	3
5. Obrigações principais do adjudicatário.....	3
6. Preço contratual.....	5
7. Condições de pagamento.....	6
8. Penalidades contratuais.....	7
9. Dever de sigilo.....	8
10. Proteção de dados pessoais.....	8
11. Força maior.....	9
12. Resolução por parte da entidade adjudicante.....	10
13. Resolução por parte do adjudicatário.....	10
14. Foro competente.....	10
15. Subcontratação e cessão da posição contratual.....	10
16. Comunicações e notificações.....	11
17. Local do Fornecimento de Energia.....	11
18. Níveis de serviço.....	12
19. Relatório de Faturação.....	12
20. Fatura.....	13
21. Disponibilização da informação.....	16
22. Gestor do Contrato.....	18
23. Comunicações e notificações.....	18
24. Contagem dos prazos.....	19
25. Legislação aplicável.....	19
Parte II – Cláusulas Especiais.....	19
26. Especificações técnicas.....	19

PARTE I – Cláusulas Gerais

1. Objeto

1. Procedimento n.º CPR/AQ/01/24/DCP.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.
3. O objeto do contrato será celebrado ao abrigo do Acordo-quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - AQ-ELE-2024 - Nº 1 da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), onde a Câmara Municipal de Braga se incluiu como uma Entidade compradora voluntária, enquadrada no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, na sua redação atual, em virtude da adesão efetuada ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) para a categoria de aquisições objeto do presente Acordo-Quadro.
4. Os contratos a celebrar ao abrigo dos lotes do Acordo-Quadro têm por objeto o fornecimento de eletricidade, em regime de mercado livre, para Portugal Continental – Lote 1, em função de diversos níveis de tensão distribuídos de acordo com os seguintes Níveis de Tensão:
 - a) Baixa Tensão Especial (BTE);
 - b) Média Tensão (MT);

2. Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

CCP – Códigos dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;

Contrato – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente caderno de encargos;

Gestor do contrato – Responsável único, nomeado quer pela entidade adjudicante quer pelo cocontratante para gestão do contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro;

ESPAP – entidade criada pelo Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, sucedendo à Agência Nacional de Compras Públicas, EPE (ANCP) nas atribuições e competências definidas no Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, cf. artigos 21º e 22º do Decreto-Lei n.º 117- A/2012;

Acordo Quadro – Acordo Quadro AQ-ELE 2020 para o fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre para Portugal Continental, ao abrigo do qual se disciplina o presente procedimento pré-contratual e a relação contratual subjacente;

Entidade Adjudicante – Município de Braga;

Adjudicatário – entidade convidada a quem se adjudica a execução do contrato;

3. Prazo do contrato

1. Para todos os Níveis de tensão submetidos a concurso, o(s) contrato(s) mantém-se em vigor de **01 de Fevereiro até 31 de janeiro de 2027**, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do adjudicatário devidamente fundamentado, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

4. Forma e documentos contratuais

1. O (s) contrato(s) serão reduzido a escrito nos termos indicados no ponto anterior.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a. Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos e o caderno de encargos do Acordo Quadro;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

5. Obrigações principais do adjudicatário

1. O cocontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Fornecer eletricidade, em regime de mercado livre, para Portugal Continental conforme as condições definidas no Acordo-Quadro e demais documentos contratuais;

3. Para além das obrigações previstas no caderno de encargos do Acordo Quadro, constituem ainda obrigações do cocontratante:
- a. Fornecer os bens à entidade adjudicante, conforme as Características técnicas e requisitos mínimos constantes do caderno de encargos do Acordo Quadro e as especificações do presente caderno de encargos;
 - b. Recorrer a todos os meios humanos e materiais necessários e adequados à execução do contrato;
 - c. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossíveis o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante ou nos termos do Acordo Quadro;
 - d. Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no caderno de encargos do Acordo Quadro com as especificações do presente caderno de encargos;
 - e. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
 - f. Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - g. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - h. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - i. A obrigação de fornecer energia elétrica, à entidade adjudicante, nos locais por esta definidos e nas condições contratuais indicadas, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, designadamente os parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS) aprovado pelo Regulamento n.º 406/2021, de 12 de maio, Regulamento das Relações Comerciais (RRC), aprovado pelo Regulamento n.º 1129/2020, de 30 de dezembro, Regulamento dos Serviços das Redes Inteligentes de Distribuição de Energia Elétrica (Regulamento n.º 610/2019 de 2 de agosto), Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados, de acordo com a Diretiva n.º 5/2016 de 26 de fevereiro e a Norma Portuguesa sobre a Qualidade de Energia Elétrica NP EN 50160, os requisitos técnicos e níveis de serviço mínimos definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais.
 - j. Obrigação de proceder à transferência dos contratos no prazo máximo de 30 dias úteis após celebração do contrato;
 - k. Obrigação de, no caso de não ser possível o cumprimento do prazo indicado na alínea anterior, comunicar tal facto ao Município no prazo de 15 dias com a informação do motivo;

- I. A obrigação de disponibilização dos registos de leituras de contagem de Energia Elétrica, preferencialmente por tele-contagem com acesso via web, à entidade adjudicante efetuada de acordo com o Ciclo atual de cada local de consumo, nomeadamente, para Baixa Tensão Normal, Baixa Tensão Especial e Média Tensão, bem como os diagramas de cargas de todos os contadores das instalações em formato digital estruturado para recolha através de API, Web Service ou outro que deve ser especificado na proposta a este procedimento.
- m. Dar cumprimento ao estipulado nas cláusulas 18 a 21.º do presente caderno de encargos.
- n. São ainda obrigações das entidades cocontratantes o cumprimento das demais cláusulas contratuais previstas no AQ-ELE-2024 - Nº 1_ Lote 1.
- o. Comunicar à entidade adjudicante a nomeação do gestor de cliente responsável pelo contrato.

6. Auditorias ao fornecimento

1. As entidades fornecedoras obrigam-se a permitir à entidade adjudicante, ou a quem esta designe, durante a vigência do contrato de fornecimento, a realização de auditorias a todas as suas instalações para efeitos de monitorização da qualidade da execução dos contratos de fornecimento de eletricidade e o cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções.
2. Durante a fase de realização da auditoria, as entidades fornecedoras devem prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daquelas, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização das auditorias, devidamente comprovados, são da exclusiva responsabilidade das entidades fornecedoras
4. Verificada qualquer discrepância com as características, especificações e requisitos técnicos definidos pelas normas legais ou contratuais aplicáveis ou não se comprovando a total operacionalidade dos produtos e serviços, a entidade adjudicante disso informará as entidades fornecedoras, por escrito, devendo estas proceder, à sua custa e no prazo razoável acordado com as entidades adquirentes, às reparações ou substituições necessárias.

7. Preço contratual

1. Pelo fornecimento do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao(s) adjudicatário(s) o preço constante da(s) proposta(s) adjudicada(s), em regime de fornecimento contínuo a até ao limite máximo mencionado no ponto três, de acordo com os **valores resultantes das quantidades efetivamente fornecidas e o preço unitário dos bens constante da proposta adjudicada**, que **não podem ser superiores ao preço base estabelecido** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Pelo cumprimento de todas as obrigações, a entidade adjudicante obriga-se, também, a pagar ao prestador de serviços, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas as tarifas relativas

- às parcelas das Componentes de Acesso às Redes em cada nível de tensão, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso.
3. Os valores contratuais estimados, por lote, obtidos pela multiplicação dos preços unitários adjudicados pelas quantidades efetivas não poderão exceder os seguintes montantes, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA):

Lote	Potência	Preço Base da Energia Ativa (€)
Lote 1	Baixa Tensão Especial (BTE)	873 751,00 €
Lote 2	Média Tensão (MT)	1 113 828,00 €
	TOTAL	1 987 579,00 €

4. O produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas **acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura** a pagar ao cocontratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, não pode, em qualquer caso, **ser superior a 3.149.642,83 € na totalidade dos lotes**, e no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
5. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante.

8. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de **30 dias**, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
- o artigo 36.º do CIVA;
 - o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
 - Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
 - qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com servico.contabilidade@cm-braga.pt

2. Caso, não disponha de uma solução de faturação eletrónica, e sejam uma micro, pequenas e médias empresas, e uma entidade pública enquanto entidade cocontratante, poderá até dia 31 de dezembro de 2024 enviar faturas em PDF para o seguinte endereço: servico.contabilidade@cm-braga.pt (n.º 4 do Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e artigo 305.º da LOE 2024, Lei n.º 82/2023).
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
4. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com as entregas efetuadas e serviços prestados.
5. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos fornecimentos mensais.
6. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
8. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
9. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
10. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

9. Penalidades contratuais

Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 20.º do caderno de encargos do acordo-quadro, são aplicadas as seguintes penalidades:

1. O adjudicatário responsabiliza-se por todos os danos causados ao Município de Braga relativos aos serviços prestados e que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais;
2. Pelo incumprimento das datas e prazos de execução estabelecidos no presente Caderno de Encargos, ou no contrato, ou o não cumprimento das especificações definidas para o fornecimento, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 1% até perfazer 5% do valor do estimado do contrato.

3. A pena pecuniária referida no ponto anterior será igual ao preço da Potência Contratada (€/dias) somada ao custo diário de Energia Ativa verificado no período anterior (€/dia), por cada dia em falta
4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato, quando este limite seja atingido e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

10. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

11. Proteção de dados pessoais

1. O fornecedor e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros,

nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.

2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

12. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

13. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessação da atividade;
 - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

14. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

15. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

16. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

17. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

18. Local do Fornecimento de Energia

1. Os serviços objeto da contratação serão prestados nas instalações do Município de Braga, Agrupamentos Escolares e Unidades de Saúde do ACES de Braga, conforme consta do **Anexo A** deste caderno de encargos.
2. As quantidades de energia elétrica a contratar são indicativas, podendo as mesmas vir a ser alteradas pela introdução de variações do consumo durante a execução do presente contrato.
3. Caso venham a ser estabelecidos diferentes tarifários, a entidade adquirente escolherá o tarifário que melhor se adaptará aos seus perfis de consumo.
4. No decorrer da vigência do contrato, o contraente público poderá criar novos pontos de entrega ou, pelo contrário, desativar alguns dos já existentes.
5. Os novos pontos de entrega, criados durante a execução do contrato integram-no e estão sujeitos a todas as condições contratualizadas.
6. Em caso de alteração do titular da instalação/infraestrutura consumidora, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos fornecimentos objeto do presente contrato à entidade adjudicante ou para terceiro por esta designado, de modo que se garanta a continuidade do fornecimento objeto do contrato, a mínima perturbação destes e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.
7. A entidade adjudicante reserva-se o direito de implementar medidas de utilização racional da energia tendo em vista a redução dos consumos de energia das suas instalações, quer seja por implementação de medidas de eficiência energética ou de racionalização energética, quer pela transferência dos consumos para horários mais favoráveis, quando exequível.
8. A entidade adjudicante reserva-se ainda ao direito de, em virtude da implementação de medidas especificadas no ponto anterior, ou em virtude de outro tipo de alterações ao nível do perfil de consumos, a possibilidade de efetuar a redução da potência contratada para cada instalação.
9. Não são consideradas alterações ao contrato:
 - a. A redução ou aumento do número de pontos de entrega;

- b. Aumento ou diminuição do consumo, por força, nomeadamente, da variação do número de luminárias e das suas características técnicas, ou com eventual aumento ou redução do consumo;
- c. A instalação de outros equipamentos ou sistemas que visem a eficiência energética.

19. Níveis de serviço

1. O Município de Braga deve comunicar ao adjudicatário, o mais rápido possível, qualquer anomalia resultante do fornecimento de energia com qualquer um dos lotes que compõem este contrato.
2. Quando a anomalia for imputável ao adjudicatário, este fica obrigado a suportar os custos inerentes à reposição das condições de fornecimento de energia que existiam anteriormente à ocorrência da anomalia.
3. O adjudicatário deverá, ainda, prestar todos os esforços de cooperação com os operadores da rede de transporte e de distribuição da área geográfica afeta a cada entidade adquirente, para resposta a qualquer comunicação de avaria que determine a interrupção do fornecimento de eletricidade, em cumprimento do definido no RQS.
4. Para além dos custos referidos no número anterior, pode ser exigida ao adjudicatário uma indemnização pelos custos incorridos e prejuízos causados a pessoas, produtos.
5. O(s) adjudicatário(s) deverão disponibilizar os serviços adequados para reporte de anomalias resultantes do fornecimento e esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, solicitação de apoio técnico, durante os dias úteis no período das 09h00 às 17h00 que deverão assegurar:
 - a) Contatos telefónicos específicos;
 - b) Um endereço de correio eletrónico;
 - c) Número de emergência para contato telefónico, disponível 24 horas por dia;
6. As entidades fornecedoras deverão disponibilizar os registos de leitura dos equipamentos de medição e de contagem de consumo de energia elétrica, com a seguinte periodicidade:
 - a) Periodicidade mínima diária para as instalações integradas nos lotes 2 e 3, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 7 do artigo 37.º do RRC no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados, de forma a serem faturados os consumos de eletricidade efetivamente registados em cada instalação de consumo;
 - b) De modo a que o intervalo entre duas leituras não seja superior a três meses para as instalações do lote 1 conforme disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 37.º do RRC, na sua atual redação.
 - c) Na ausência de tele-contagem, nas instalações do lote 5, o intervalo entre duas leituras não deve ser superior a três meses conforme disposto na alínea e) do n.º 7 do artigo 37.º do RRC, na sua atual redação.

20. Relatório de Faturação

1. É obrigação da entidade fornecedora remeter à entidade adquirente um relatório mensal de faturação via correio eletrónico, em ficheiro com formato Excel de faturação.

2. O relatório de faturação, a que se refere o n.º 1 do presente artigo, deverá conter os seguintes dados:

- a) Identificação do número do contrato;
- b) Número de identificação do local;
- c) Potência Contratada com a indicação do tipo de faturação (Medido/Estimado/Devolução de Medido/Devolução de Estimado).
- d) Potência em Horas de Ponta com a indicação do tipo de faturação (Medido/Estimado/Devolução de Medido/Devolução de Estimado).
- e) Consumo de energia ativa em kWh desagregado por tarifa horária, por acesso às redes, por comercializador e com a indicação do tipo de consumo (Medido/Estimado/Devolução de Medido/Devolução de Estimado).
- f) Consumo de energia reativa em kWh desagregado por Escalão e com a indicação do tipo de consumo (Medido/Estimado/Devolução de Medido/Devolução de Estimado).
- g) Qualquer taxa com a indicação do tipo de faturação (Medido/Estimado/Devolução de Medido/Devolução de Estimado)
- h) Valor de consumo em euros;
- i) Tarifa horária
- j) Ciclo
- k) Potência Contratada
- l) Número, data e valor das faturas;

21. Fatura

Sem prejuízo de outras obrigações no quadro legislativo e regulamentar, o conteúdo de cada fatura emitida para cada instalação, emitida em formato digital, deverá incluir no mínimo a seguinte informação:

- a) Versão do ficheiro digital da fatura.
- b) Dados do titular do contrato: Nome, Morada e Identificação Fiscal;
- c) Número de Contrato;
- d) Nota de compromisso anual;
- e) Código de Ponto de Entrega (CPE);
- f) Morada do local da Instalação de Consumo;
- g) Data de início do Contrato;
- h) Data de fim do Contrato
- i) Data de início e data de fim do período da fatura (deve ser do 1 ao último dia de cada mês);
- j) Nível de Tensão;
- k) Potência Contrata;
- l) Potências Instalada (quando aplicável);
- m) Potência Requisitada (quando aplicável);

- n) Tarifa Contratada (sendo apenas possível as descrições seguintes ou outras que a ERSE venha a definir):
- Simple;
 - Bi-Horário;
 - Tri-Horário;
 - Tetra-Horário.
- o) Ciclo Horário (sendo apenas possível as descrições seguintes ou outras que a ERSE venha a definir):
- Diário;
 - Semanal sem Feriados
 - Semanal com Feriados
 - Semanal Opcional
- p) Consumos em kWh desagregados por tarifa e com a indicação do período de consumo:
- Os períodos de consumo devem ser claros e não sobre postos;
 - Cada período de consumo não deverá intersetar condições contratuais distintas;
 - As descrições das parcelas da fatura são (conforma aplicável):
 - Tarifa contratada Simple:
 - Simple;
 - Tarifa Contratada Bi-Horária:
 - Fora de Vazio
 - Vazio;
 - Tarifa Contratada Tri-horária:
 - Ponta
 - Cheias
 - Vazio
 - Tarifa Contratada Tetra-Horária:
 - Ponta
 - Cheias
 - Vazio Normal
 - Super Vazio
 - Indicação clara do tipo de faturação:
 - Estimado
 - Medido
 - Devolução de Estimado
 - Devolução de Medido
- q) Consumos em kVArh desagregados por escalão (se aplicável) e com a indicação do período de consumo;
- Os períodos de consumo devem ser claros e não sobre postos;
 - Cada período de consumo não deverá intersetar condições contratuais distintas;

- c. As descrições das parcelas da fatura são (conforma aplicável):
 - i. Energia Reativa Escalão 1
 - ii. Energia Reativa Escalão 2
 - iii. Energia reativa Escalão 3
 - iv. Energia Reativa Fornecida
- d. Indicação clara do tipo de faturação:
 - i. Estimado
 - ii. Medido
 - iii. Devolução de Estimado
 - iv. Devolução de Medido
- r) Potência Contrata em kVA ou kW conforme aplicável com a indicação do período:
 - a. Os períodos de consumo devem ser claros e não sobre postos;
 - b. Cada período de consumo não deverá intersetar condições contratuais distintas;
 - c. As descrições das parcelas da fatura são (conforma aplicável):
 - i. Potência Contratada;
 - d. Indicação clara do tipo de faturação:
 - i. Estimado
 - ii. Medido
 - iii. Devolução de Estimado
 - iv. Devolução de Medido
- s) Potência em Horas de Ponta em kW conforme aplicável com a indicação do período:
 - a. Os períodos de consumo devem ser claros e não sobre postos;
 - b. Cada período de consumo não deverá intersetar condições contratuais distintas;
 - c. As descrições das parcelas da fatura são (conforma aplicável):
 - i. Potência em Horas de Ponta;
 - d. Indicação clara do tipo de faturação:
 - i. Estimado
 - ii. Medido
 - iii. Devolução de Estimado
 - iv. Devolução de Medido
- t) Impostos Especial sobre o Consumo em kWh com a indicação do período:
 - a. Os períodos de faturação devem ser claros e não sobre postos;
 - b. Cada período de faturação não deverá intersetar condições contratuais distintas;
 - c. As descrições das parcelas da fatura são (conforma aplicável):
 - i. Impostos Especial sobre o Consumo;
 - d. Indicação clara do tipo de faturação:
 - i. Estimado
 - ii. Medido
 - iii. Devolução de Estimado

iv. Devolução de Medido

- u) Contribuição Audiovisual com a indicação do período:
 - a. Os períodos de faturação devem ser claros e não sobre postos;
 - b. Cada período de faturação não deverá intersetar condições contratuais distintas;
 - c. As descrições das parcelas da fatura são (conforma aplicável):
 - i. Contribuição Audiovisual;
 - d. Indicação clara do tipo de faturação:
 - i. Estimado
 - ii. Medido
 - iii. Devolução de Estimado
 - iv. Devolução de Medido
- v) Consumo total em kWh com a indicação do período de consumo;
- w) Data e valor das últimas leituras reais do Contador;
- x) Número de série do Contador;
- y) Número e data de emissão da fatura;
- z) Impostos, taxas e contribuições;
- aa) Valores a pagar em euros.
- bb) Data Limite de Pagamento;
- cc) Tipo de documento:
 - a. Fatura – FT
 - b. Nota de crédito – NC
 - c. Nota de débito – ND;
- dd) Documentos relacionados (indicar o número dos documentos relacionados caso existam).
- ee) Discriminação das emissões de CO2 associados ao consumo de energia do período.

A faturação deve ter uma periodicidade mensal e contemplar os consumos ocorridos do 1 ao último dia de cada mês (inclusive)

Em caso de necessidade de refaturação ou correção de qualquer fatura, a mesma deve ser emitida para períodos em que as características do contrato sejam as mesmas, sendo sempre que possível feita a anulação integral de faturas com erros por notas de crédito de valor igual ao da fatura a eliminar, com a indicação dos documentos relacionados já emitidos.

Sempre que existir alteração das condições contratuais de qualquer contrato, quer pela solicitação do cliente, quer pelas regras definidas pela entidade reguladora dos serviços energéticos, as faturas devem ser feitas apenas com os períodos em que as condições sejam exatamente iguais, podendo o período de faturação ser inferior ao mês.

22. Disponibilização da informação

1. O fornecedor deverá disponibilizar ficheiros EDI devidamente documentados e estruturados de forma a permitir a sua leitura e manipulação automática por parte da Entidade Adjudicante sem a necessidade de incorrer em custos adicionais de licenciamento, aquisição de software, hardware ou

outros. Adicionalmente, deverá fornecer um ficheiro DTD através do qual possam validar os ficheiros EDI em formato XML (Extensible Markup Language).

2. Poderá ser proposta alternativa ao ficheiro EDI, mediante acordo entre as partes.
3. Sem prejuízo de outros formatos mencionados, nomeadamente PDF e interface de utilizador WEB, toda a informação relativa à faturação deverá ser colocada à disposição da Entidade Adjudicante através de API WEB (Application Programming Interface ou Interface de Programação de Aplicativos) com protocolos de comunicação e dados documentados de forma a que possa ser criado um cliente com capacidade de recolha automática de dados. A API deverá permitir as seguintes funcionalidades:
 - a) A API deverá aceitar pedidos http(s) GET ou POST e responder em formato JSON ou XML.
 - b) O mecanismo de autenticação do cliente fica ao critério do Adjudicatário desde que o seu protocolo seja aberto e possível de implementar pelo cliente sem a necessidade de incorrer em custos adicionais de licenciamento, aquisição de software, hardware ou outros.
 - c) A API WEB deverá suportar, pelo menos, o seguinte conjunto de pedidos:
 1. Pedido de lista de instalações de consumo por cliente; A resposta deverá conter uma listagem dessas instalações apresentado para cada uma, pelo menos:
 - i. Nome/designação;
 - ii. Morada;
 - iii. CPE;
 - iv. Número sequencial de compromisso
 - v. N.º Contador;
 - vi. Nível de Tensão;
 - vii. Potência Contratada;
 - viii. Código de Ciclo Horário;
 - ix. Código de Tarifário;
 2. Pedido de listagem de faturas por CPE; a resposta deverá conter uma lista de faturas com os seguintes dados mínimos:
 - i. N.º de fatura;
 - ii. Data de início de faturação;
 - iii. Data de fim de faturação;
 - iv. Valor total da fatura com e sem IVA;
 - v. Data de Emissão da Fatura
 3. Pedido de fatura por número de fatura; a resposta deverá conter:
 - i. N.º de fatura;
 - ii. Data de início de faturação;
 - iii. Data de fim de faturação;
 - iv. Valor total da fatura com e sem IVA;
 - v. Data de Emissão da Fatura
 - vi. Código do tarifário aplicado;

- vii. Elementos faturados com:
 - 1. Código Energético;
 - 2. Tipo (Estimado, Medido, Devolução Estimado, Devolução Medido)
 - 3. Código de origem de dados;
 - 4. Data de início;
 - 5. Data de fim;
 - 6. Quantidade;
 - 7. Código da unidade;
 - 8. Preço Unitário;
 - 9. Valorização;
- 4. Pedido de detalhe de tarifário; a resposta deverá conter:
 - i. Código tarifário;
 - ii. Nome comum;
 - iii. Nível de tensão;
 - iv. Código de ciclo horário;
 - v. Listagem de preço com:
 - 1. Código energético;
 - 2. Código da unidade;
 - 3. Preço em euros.
- 5. Pedido de Contadores; a resposta deverá conter:
 - i. CPE;
 - ii. Número Contador;
 - iii. 12 últimas leituras:
 - 1. Data Leitura
 - 2. Valor Leitura
 - 3. Tipo Leitura

23. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

24. Comunicações e notificações

- 1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
- 2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a designar em fase de adjudicação.

25. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

26. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

27. Especificações técnicas

1. As especificações para o presente contrato estão em conformidade com o Acordo-Quadro para o fornecimento de eletricidade, em regime de mercado livre, para Portugal Continental, em função de diversos níveis de tensão distribuídos de acordo com os seguintes lotes:

Instalações	Consumo Total (kWh)
Lote 1 - BTE	7 500 000
Lote 2 - MT	10 320 000
Total	17 820 000

Os quantidades estimadas de consumos para o período de execução constam da última folha do ficheiro em excell anexo ao convite e designado "Anexo III.1 - Preços unitário e total da proposta."

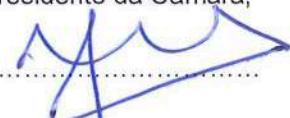
2. O contrato a celebrar será executado nos diversos locais do Município de Braga, referidos no **Anexo A** ao presente Caderno de Encargos, bem como em quaisquer novos contratos a celebrar pelo Município de Braga conforme as suas necessidades e compromissos, devendo cada novo contrato ter as mesmas condições de preços unitários de acordo com o seu nível de tensão, ciclo, tarifa horária e potência contratada.
3. As condições contratuais de cada CPE indicada no ANEXO A podem a qualquer momento ser alteradas de acordo com as necessidades do Município de Braga, devendo o concorrente/ adjudicatário proceder aos pedidos do Município de Braga.

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 24/10/10

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)